

3ª CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO NPU: 2483-33.2012.8.17.0810
Nº 322978-3**

EMBARGANTE: CONSTRUTORA TENDA S/A

EMBARGADO: FABIO ALMEIDA DE ARAÚJO

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS NA APELAÇÃO CÍVEL. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO DO JULGADO. INEXISTENTE. PRELIMINAR NÃO SE CONFUNDE COM O MÉRITO. OMISSÃO NO ACÓRDÃO QUANTO AO ACOLHIMENTO DA PRELIMINAR DE JULGAMENTO EXTRA PETITA. SANADA. ACLARATÓRIOS ACOLHIDOS. À UNANIMIDADE.

I- Não há que se falar em contradição a ser sanada, visto que, o acolhimento da preliminar de julgamento *extra petita* não se confunde com o mérito da questão apreciada pelo Colegiado.

II- É de se reconhecer, entretanto, que o acórdão guerreado silencia acerca do acolhimento da prefalada preliminar, de maneira que cumpre seja suprida tal omissão, a fim de se evitar qualquer dúvida na fase de cumprimento da decisão.

III- Evidencia-se ainda que o número de distribuição da Apelação foi digitado incorretamente no acórdão, o que constitui inexatidão material passível de correção por esta via embargatória.

III- Embargos de declaração acolhidos, à unanimidade.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos de Declaração na Apelação nº322978-3, em que figura como embargante CONSTRUTORA TENDA S/A, e como embargado FABIO ALMEIDA DE ARAÚJO acordam os desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na conformidade da ata de julgamento, à unanimidade de votos, em **ACOLHER os presentes aclaratórios**, para dirimir a omissão existente no acórdão impugnado acerca do acolhimento da preliminar de julgamento *extra petita*, passando a ter a seguinte redação: "Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 322978-3, em que figura como Apelante **CONSTRUTORA TENDA S/A E OUTRO** e como parte Apelada **FABIO ALMEIDA DE ARAÚJO E OUTRO**, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **ACOLHER a preliminar de julgamento *extra petita* levantada pela Construtora Ré**, para fins de decotar o capítulo da sentença que a condenou ao adimplemento da pena contratual equivalente a 0,5% (meio por cento) do preço da unidade por mês de atraso. No mérito, à unanimidade, **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de Apelação interposto pela Construtora Tenda S/A e, em sucessivo, **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso Adesivo interposto pelo Autor Fábio Almeida de Araújo, nos termos do voto da Relatoria.

Recife,

29-1-2014


Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator



3ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO

NPU: 2483-33.2012.8.17.0810

NA APELAÇÃO CÍVEL Nº 322978-3

EMBARGANTE: CONSTRUTORA TENDA S/A

EMBARGADO: FABIO ALMEIDA DE ARAÚJO

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por CONSTRUTORA TENDA S/A em face do acórdão lavrado às fls. 256/256v, proferido por esta Egrégia 3ª Câmara Cível que, à unanimidade de votos, negou provimento aos recursos de Apelação interpostos por ambas as partes.

Em suas razões recursais (fls. 270/275), a parte Embargante sustenta que o acórdão impugnado incorreu em contradição, vez que, não obstante a fundamentação do voto condutor do acórdão ter acolhido a preliminar de julgamento *extra petita* levantada, na parte dispositiva e na ementa do acórdão consta que foi negado provimento ao recurso por ela interposto. Ao final, pugna sejam acolhidos os presente aclaratórios, a fim de que seja sanada a contradição apontada.

Independendo o feito de pauta, apresento o recurso em mesa para apreciação e julgamento.

É o breve relatório.

Recife,

28-1-2014

Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator

3ª CÂMARA CÍVEL

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA APELAÇÃO NPU: 2483-33.2012.8.17.0810
CÍVEL Nº 322978-3**

EMBARGANTE: CONSTRUTORA TENDA S/A

EMBARGADO: FABIO ALMEIDA DE ARAÚJO

RELATOR: DESEMBARGADOR BARTOLOMEU BUENO

VOTO DO RELATOR

Sabe-se que, nos precisos termos do Art. 535 do Código de Processo Civil, os embargos de declaração constituem modalidade recursal cabível para sanar obscuridade, contradição (inciso I), ou omissão (inciso II) no pronunciamento judicial objeto do recurso, ostentando caráter integrativo ou aclaratório, cabendo à parte recorrente apontar na petição do recurso o ponto obscuro, omissivo ou contraditório (art. 536, CPC) que merece ser sanado.

No caso concreto, não há que se falar em contradição a ser sanada, visto que, o acolhimento da preliminar de julgamento *extra petita* não se confunde com o mérito da questão apreciada pelo Colegiado.

Ora, conforme consta do termo de julgamento acostado à fl. 255 dos autos, esta Câmara Cível, à unanimidade de votos, acolheu a supracitada preliminar levantada no Apelo (fls. 212/222), para fins de decotar o capítulo da sentença que a condenou ao adimplemento da pena contratual equivalente a 0,5%(meio por cento) do preço da unidade por mês de atraso, e no mérito, negou provimento aos recursos interpostos por ambas as partes.

Dessa feita, não se vislumbra qualquer divergência que mereça eventual reparo, encontrando-se, portanto, a fundamentação da preliminar e do mérito em consonância com a parte dispositiva do voto condutor.

Entretanto, é de se reconhecer que o acórdão guerreado silencia acerca do acolhimento da pefalada preliminar, de maneira que cumpre seja suprida tal omissão, a fim de se evitar qualquer dúvida na fase de cumprimento da decisão.

Além disso, evidencia-se que, equivocadamente, constou o número 324947-6 relativo à Apelação, o que constitui inexactidão material passível de correção por esta via embargatória.

Ante o exposto, **ACOLHO** os presentes embargos de declaração, para dirimir a omissão existente no acórdão impugnado acerca do acolhimento da preliminar de

Bt.

julgamento *extra petita*, passando-se a ter a seguinte redação: "Vistos, relatados e discutidos estes autos da Apelação nº 322978-3, em que figura como Apelante **CONSTRUTORA TENDA S/A E OUTRO** e como parte Apelada **FABIO ALMEIDA DE ARAÚJO E OUTRO**, acordam os Desembargadores integrantes da Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, em **ACOLHER** a preliminar de julgamento *extra petita* levantada pela Construtora Ré, para fins de decotar o capítulo da sentença que a condenou ao adimplemento da pena contratual equivalente a 0,5% (meio por cento) do preço da unidade por mês de atraso. No mérito, à unanimidade, em **NEGAR PROVIMENTO** ao recurso de Apelação interposto pela Construtora Tenda S/A e, em sucessivo, **NEGAR PROVIMENTO** ao Recurso Adesivo interposto pelo Autor Fábio Almeida de Araújo, nos termos do voto da Relatoria.

É como voto.

Recife, 29-1-2014



Desembargador Bartolomeu Bueno

Relator